



EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS NÃO – FORMAIS: DIAGNÓSTICO DAS POSSIBILIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES NA COMUNIDADE DA RESINA

FLAVIA REGINA SOBRAL FEITOSA
EDILMA NUNES DE JESUS
HAIANE PESSOA DA SILVA

EIXO: 22. EDUCAÇÃO E PESQUISA EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS

RESUMO

A educação ambiental é um processo de aprendizado e comunicação que relaciona à interação entre homem e meio ambiente. Esse instrumento de formação visa fomentar nas comunidades tradicionais a percepção e reflexão da sua realidade, bem como a implementação de ações efetivas que favoreçam a sua melhor qualidade de vida. Neste sentido, o presente artigo traz um diagnóstico da realidade vivenciada pela comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande –SE, propondo a Educação Ambiental como incremento para práticas participativas. Portanto, objetivou-se levantar questões ambientais e de saúde vivenciadas, propondo uma gestão participativa e consequentemente o empoderamento da população local. Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e de campo por meio de observações e conversas informais.

Palavras chave: educação ambiental, comunidade tradicional, empoderamento.

RESUMEN

La educación ambiental es un proceso de aprendizaje y comunicación que se refiere a la interacción entre el hombre y el medio ambiente. Esta herramienta de formación tiene como objetivo promover el conocimiento tradicional y las comunidades reflejo de su realidad, y de adoptar medidas eficaces que fomenten una mejor calidad de vida. En este sentido, este artículo proporciona un diagnóstico de la realidad vivida por la comunidad marrón de resina en Brejo Grande -SI , proponiendo la educación ambiental como incremento para las prácticas participativas . Por lo tanto, el objetivo es elevar los temas ambientales y de salud experimentados por la comunidad, que propone una gestión participativa, y el empoderamiento de la población local. Por lo tanto, hemos utilizado la literatura, y el campo a través de observaciones y conversaciones informales. **Palabras clave:** educación ambiental, comunidad tradicional, empoderamiento.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 é considerada como marco histórico no processo de democratização política do Brasil, elegendo um amplo rol de direitos individuais e coletivos, incluindo diretamente o cidadão na participação e formulação das políticas públicas. Este arcabouço legal traz o conceito ampliado de saúde, o considerando como um completo bem-estar físico e mental, e defende um projeto político ambicioso, o SUS (Sistema Único de Saúde), que assegura a

todos indivíduos residentes no território brasileiro o direito a uma saúde acessível, universal, irrestrita e equitativa (SEGRE; FERRAZ, 1997).

Para operacionalizar a variedade de direitos e deveres trazidos em seu bojo, a nossa Magna Carta entende como imprescindível o controle social e a participação direta da sociedade civil, preconizando mecanismos para uma gestão descentralizada e com responsabilidade direta das três esferas de poder (federal, estadual e municipal); prezando por respeito e atenção especial aos direitos sociais no ordenamento jurídico e principalmente, construindo canais ou meios para a participação da sociedade na implementação das políticas públicas, a exemplos dos conselhos locais, municipais, dos orçamentos participativos, etc (BRASIL, 1988).

No entanto, para que de fato a população participe da formulação e implementação das políticas públicas necessárias à sua qualidade de vida, é preciso que esteja organizada e consciente de suas fragilidades e potencialidades, planejando suas ações a fim de que o desenvolvimento local se operacionalize e permita o estreitamento da relação entre o governo e sociedade civil.

Entende-se por desenvolvimento local aquele que se preocupa com a qualidade de vida, bem-estar e conservação do meio ambiente, buscando a participação consciente e organizada da comunidade nas decisões referentes a suas políticas públicas (KRONENBERGER, 2011).

As estratégias de Educação Ambiental são instrumentos relevantes para o fortalecimento da participação social das comunidades tradicionais, pois, favorecem a compreensão crítica da realidade social; além de ajudar a despertar valores éticos para a conservação da biodiversidade, o uso consciente dos recursos naturais e a luta por uma melhor qualidade de vida (MEDINA, 2000).

Ao conhecer de perto comunidades tradicionais, é possível perceber a vulnerabilidade social e ambiental presente, o que, por sua vez, serve como base para que se possa desenvolver uma proposta de educação ambiental com vistas a fortalecer a participação local. Estes grupos, historicamente excluídos, necessitam começar de forma planejada a reivindicar sua inserção no processo de tomada de decisões, buscando mais efetivamente o acesso as políticas públicas das mais diversas naturezas.

Portanto, este estudo tem por objetivo diagnosticar aspectos socioambientais da comunidade quilombola da Resina, de forma a subsidiar uma proposta de Educação Ambiental que fortaleça as estratégias de participação social.

2 MATERIAS E MÉTODOS

2.1 Caracterização da área de estudo

A comunidade da Resina fica no município de Brejo Grande, localizado no extremo nordeste do Estado de Sergipe, próxima à foz do Rio São Francisco, a aproximadamente 137 km da capital, Aracaju. Geograficamente, este município faz fronteira ao Norte com o estado de Alagoas, ao Oeste com o município de Ilha das Flores, ao Sudoeste com Pacatuba, ao Sul com o Oceano Atlântico e por fim, a Leste, limita-se com o Rio São Francisco.

Esse povoado possui cerca de 42 famílias e faz parte de uma das quatro comunidades quilombolas do município de Brejo Grande, que são: os povoados da Resina, Brejo Grande, Brejão dos Negros e Carapitanga. Dentre as comunidades citadas, apenas Brejão dos Negros possui certificação quilombola emitida pela Fundação Cultural de Palmares desde 2006, sendo esta uma luta permanente da comunidade da Resina, que por preservar as raízes culturais e tradicionais desse povo, reivindica a posse da terra e os direitos inerentes a essa condição. Essas comunidades formam a Associação Santa Cruz, que se reúne a cada dois meses para discutir as peculiaridades e necessidades desses agrupamentos quilombolas.

2.2 Metodologia

Este estudo possui um caráter descritivo e natureza qualitativa, sendo os dados coletados através de pesquisa bibliográfica e visita em campo. Foram realizadas entrevistas não estruturadas, com questões abertas e respondidas em conversas informais, com as principais lideranças da comunidade, onde o “entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.197).

Os entrevistados foram indagados sobre os seguintes aspectos: saneamento básico, saúde, educação, cultura, atividades produtivas, acesso a políticas públicas e conflitos locais. Estes serviram para auxiliar na elaboração do diagnóstico das fragilidades e potencialidades dessa comunidade, a fim de se estruturar ações mais efetivas de Educação Ambiental.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

3.1 Diagnóstico da comunidade

De acordo, com as informações coletadas nas entrevistas, observou-se que o povoado da Resina possui as seguintes características:

a) Saneamento básico – observou-se a falta de acesso a condições mínimas de saneamento básico, onde não há sistema de coleta de resíduos sólidos, sendo o mesmo queimado a céu aberto, o que provoca sensíveis danos a fauna e flora. Além disso, esse tipo de prática pode prejudicar também as condições do solo e cursos d'água locais, afetando diretamente a comunidade.

Verificou-se ainda que, a comunidade só separa o lixo para tentar vender produtos como garrafas e latas para a reciclagem e dessa forma, aumentar a renda local; os resíduos não aproveitados continuam contaminando o solo, já que o município de Brejo Grande não realiza a coleta dos mesmos, o que pode gerar insetos, roedores e doenças das mais diversas naturezas.

A falta de água potável e o não tratamento prévio antes do consumo (desinfecção, filtragem, fervura, etc), aliado à falta de saneamento básico facilita a propagação de verminoses, diarreias, desidratação, enfraquecimento do esmalte dentário pela ausência de flúor na água, aumentando a probabilidade de cáries.

b) Saúde – embora a comunidade seja formalmente seja assistida pela Estratégia de Saúde da Família de Brejo Grande/SE, o povoado não possui posto de saúde e a população só recebe visita dos Agentes Comunitários (ACEs) uma vez por mês, para agendamento das limitadas vagas de consultas médicas e odontológicas, não existindo qualquer trabalho preventivo, de farmácia básica ou de educação em saúde, sendo as doenças e patologias que acometem as pessoas desse povoado tratadas na própria comunidade com o uso de plantas medicinais.

c) Educação - na Resina não existem escolas e a população tem que se deslocar 30 minutos a pé para que as crianças tenham acesso à educação formal, pois, o poder público não fornece transporte escolar até Brejão dos Negros. Sendo, por conseguinte, grande o número de analfabetos. Percebeu-se na visita *in loco* que uma das maiores reivindicações da população adulta dessa comunidade é a construção de uma escola para sua formação e de suas crianças, ou pelo menos a disponibilidade do transporte escolar.

d) Cultura – o modo de vida dessa comunidade é simples e nas suas práticas diárias pode ser percebida a presença de algumas raízes culturais típicas de povos tradicionais, a exemplo do frequente uso de plantas medicinais para curar enfermidades, reforçado pelo auxílio de uma curandeira local, que goza de credibilidade entre a população; a existência de grupos de capoeira e da festa religiosa do Povoado Resina (festa de Santo André – padroeiro da comunidade), que se constitui em um momento de reunião e celebração entre a comunidade da resina e os outros povoados quilombolas. Embora essa comunidade lute para preservação das suas raízes, as precárias condições de vida e um maior acesso a políticas públicas nos centros urbanos tem atraído os jovens desse povoado e dificultado que as pessoas mais idosas transmitam seus valores e práticas para esse grupo, que sem maiores acessos à educação, saúde e geração de emprego e renda migram em busca do mínimo de condições dignas de subsistência.

e) Atividades produtivas: o povoado da Resina possui cerca de 11 lagoas, que são administradas em sistema de demarcação, onde em média três famílias utilizam uma lagoa para realizar sua produção (basicamente rizicultura e a carnicultura), onde parte desta é destinada a consumo e a outra a comercialização. Das onze lagoas, três se destinam praticamente ao criatório de camarões, devido à alta salinização de suas águas, que de acordo com relatos de moradores locais, deve-se ao avanço do mar que se intensificou depois da construção da hidroelétrica de Xingó.

f) Acesso a Políticas públicas e conflitos locais:

A invisibilidade deste povo é sentida na precariedade de políticas públicas direcionadas a esta comunidade, que possui um modo de vida simples e seus habitantes vivem em casas de taipa, privados de água encanada e tratada, sistema de esgoto, coleta de lixo, escolas, posto de saúde ou qualquer assistência efetiva a saúde por parte dos órgãos governamentais. E, a população local subsiste basicamente de uma agricultura familiar (produção do arroz); da pesca

(camarão, siri e das mais variadas espécies de peixes); da criação de gado; do artesanato e da venda e troca de produtos reciclados.

No entanto, o acesso às políticas públicas poderia ser facilitado pela certificação de Comunidade Tradicional Quilombola, pois, segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, os povos tradicionais são:

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Apesar disso, na prática a certificação dessas terras como quilombola ainda se constitui em um desafio, pois garantir esse título facilitaria o acesso a inúmeros direitos assegurados no artigo 231 da CF e 68 do ADCT, como: o reconhecimento legal dos direitos territoriais e usufruto dos recursos naturais ali existentes; segurança alimentar e nutricional, maior visibilidade e acesso na participação das políticas públicas; educação diferenciada e inclusiva; moradia adequada; atenção à saúde diferenciada, inclusive com valorização dos saberes tradicionais e peculiaridades desse povo; garantia do acesso à água de boa qualidade, melhor assistência materno-infantil, inclusive com pré-natal de boa qualidade; segurança pública efetiva, fomento à produção sustentável, etc.

Outra problemática social vivenciada por essa comunidade, e demais regiões da foz do Rio São Francisco, consiste nas fortes tensões com relação à posse da terra em virtude da grande especulação imobiliária da região, inclusive com pretensões de se instalar nessas imediações um resort, face a sua grande diversidade ecossistêmica, beleza natural e potencial turístico.

As famílias do Povoado da Resina sofrem com a inconstância de seu direito à propriedade, sendo alvo de diversas represálias e tentativas de expulsão de seu local de origem, sendo que, segundo relato da população local, os “ricos empresários” já os ameaçaram com a queima de suas casas, destruição de roças, impedimento da pesca nas lagoas marginais e manguezais, entre outros tipos de violência contra a integridade física desse povo.

Esses constantes conflitos levaram o Ministério Público Federal de Sergipe, em 2009, a oficializar o livre acesso dessa comunidade à área, sendo que um ano depois o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA realizou estudos antropológicos e técnicos que culminaram na demarcação da resina e adjacências como área de Quilombo. Essas terras são consideradas de propriedade da União e, desde os tempos antigos, são habitadas pelos remanescentes de quilombos, conforme o relatório emitido por este órgão.

Logo, pode-se perceber que a luta pelo direito à terra esteve sempre presente nessas comunidades tradicionais, mostrando-se injustas as tentativas de retirá-las, já que dependem do ecossistema e da biodiversidade local para sobreviver, em detrimento de interesses especulativos e a serviço do capital.

Nesse sentido, as atividades tradicionais desenvolvidas nas comunidades como: agricultura de subsistência, pesca e extrativismo não são consideradas prejudiciais à natureza, já que o uso dos recursos naturais é controlado para a sobrevivência. No entanto a especulação imobiliária desencadeada pelo atrativo do ecoturismo permite a implantação de hotéis e estrutura turística para os turistas, desconsiderando ou segregando a população residente no local (DIEGUES, 2001, p.18).

2.2 Perspectiva para o planejamento de práticas em Educação Ambiental

Para se elaborar estratégias de Educação Ambiental efetivas é preciso que seja estimulada a participação social dos atores locais, sugerindo que sejam elaboradas oficinas participativas, que juntamente com as entrevistas realizadas, poderão auxiliar na elaboração de um Diagnóstico Rápido Participativo da comunidade, no intuito de “conhecer, avaliar e planejar ideias, problemas, oportunidades, obstáculos locais e mecanismos de desenvolvimento regional, entre outros” (BUARQUE, 2008, p.127).

As oficinas participativas têm o objetivo de fortalecer as lideranças locais, capacitando-as para planejarem e implementarem ações em prol de uma melhor qualidade de vida da população. E, o intuito desses encontros é incentivar a população a se reunir mensalmente para discussão das prioridades locais, sistematizando e formalizando em atas essas reuniões, elegendo documentalmente as lideranças locais, inclusive com registro dos participantes e designação de um mediador e um redator para respectivamente conduzir e registrar as discussões.

A metodologia das oficinas de Educação Ambiental para essa comunidade deverá ser coletivamente construída, a fim de garantir um caráter dinâmico, com possibilidade de mudanças de rumo, avaliação e monitoramento de todas as etapas do trabalho, pois é a própria comunidade quem deve direcionar o percurso dessa intervenção.

Assim, pensou-se em evidenciar as metodologias participativas como mecanismos para o alcance de melhores

estratégias para o desenvolvimento local, pelo fato destas serem voltadas para a valorização da identidade cultural de um povo, fazendo-os protagonistas da luta por políticas públicas mais efetivas. Nesse contexto, Leff (2010, p.105) afirma que a compreensão da realidade se traduz a partir do olhar que cada um faz do seu contexto vivido e que: (...) “a questão do diálogo de saberes implica mais que a incomensurabilidade de saberes; abre a sustentabilidade para a construção social a partir da diversidade e diferença”.

No entanto, para que exista efetividade nessa estratégia, é necessário que a Educação Ambiental fomentada seja criativa e valorize a ação. Sendo instrumento de construção de novos hábitos e conhecimentos, geradora de uma nova ética, sensibilizadora e conscientizadora na busca de se alcançar relações mais integradas entre o ser humano, sociedade e natureza (GUIMARÃES, 1995).

Sendo assim, pode-se afirmar que a educação ambiental direciona o caminho para a aproximação do conhecimento científico do saber popular, facilitando as possibilidades de desenvolvimento local, uma vez que o engajamento popular na busca por direitos sociais e ambientais só vai surgir se emanar do reconhecimento democrático de seus pares. Nesse sentido, Santos assevera:

O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e secularizante. (...) é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. (...) é conservador e pode legitimar prepotências, mas interpenetrado pelo conhecimento científico pode estar na origem de uma nova racionalidade. Uma racionalidade feita de racionalidades (SANTOS,1988, p.19).

Desta forma, toda a etapa inicial do trabalho, com as caminhadas de reconhecimento do local, entrevistas informais, não estruturadas e registros fotográficos da área, serviu para ajudar na elaboração do diagnóstico situacional da comunidade, a fim de observar a dinâmica local, as necessidades em saúde, sociais e ambientais, permitindo identificar as potencialidades e fragilidades desse local.

Pode-se perceber nessa etapa que a comunidade já se agrupa e discute seus problemas, programando a cada dois meses reuniões na “Associação Tradicional de Pescadores da Resina”, o que é um sinal positivo de mobilização. Sugere-se que nessas reuniões realizem-se consultas sobre os possíveis temas de educação ambiental, cidadania, saúde e controle social que despertem a necessidade de um maior aprofundamento e interesse.

De posse dessas temáticas podem ser cooptados parceiros como as Universidades do Estado, EMDAGRO, Ministério Público, Defensoria do Estado, etc., a fim de ser obtida a logística de recursos materiais e humanos necessária. A observação e as falas dos moradores locais apontou algumas temáticas de interesse, mas que ainda precisam ser validadas em plenária: Identidade cultural e direitos das comunidades tradicionais; O papel do controle social e da gestão participativa na implantação de políticas públicas; Estratégias de desenvolvimento local; Saneamento básico, qualidade da água e controle das verminoses; O destino e prejuízos socioambientais causados pelo lixo; Como fazer acontecer um SUS para todos; Práticas alternativas de saúde; Educação e diversidade, Educação para adultos, etc.

Será sugerido, também, que exista uma maior tentativa de aproximação e inserção dos representantes da população ribeirinha no Conselho Local de Saúde do município de Brejo Grande, inclusive com a candidatura de uma liderança local a disputa de uma vaga neste órgão, uma vez que um representante da comunidade da resina daria maior visibilidade as demandas e necessidades desse povo tão sofrido.

Os conselhos de saúde são órgãos fundamentais para efetivação do controle social do SUS, sendo composto por:

(...) 50% de representantes do segmento dos usuários, 25% para o segmento dos profissionais de saúde e 25% para o segmento de gestores e prestadores de serviços. Como um órgão permanente e deliberativo do SUS, o conselho de saúde atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente (federal, estadual, municipal), inclusive nos aspectos econômicos e financeiros (MIELKE et al, 2009, p.3).

Outro ponto a ser trabalhado e a ser objeto de oficinas e debates nas reuniões da associação é a elaboração de estratégias de fomento ao turismo local, sugerindo-se a divulgação dos artesanatos locais, pratos típicos, cultura e beleza natural dessa região. A viabilidade dessa estratégia deve ser coletivamente discutida, visando planejar a melhor para sua implementação, pois, poderia trazer renda imediata para a população ribeirinha.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pretendeu-se a partir desse trabalho sugerir estratégias de Educação Ambiental, direcionadas a favorecer a comunidade da Resina, respeitando-se os saberes tradicionais presentes. Além disso, espera-se que seja fomentada a troca de informações mais ricas e democraticamente construídas entre grupos locais e parceiros, gerando espaços de construção de saber e fortalecimento do exercício da cidadania.

Constatou-se também que, uma melhor qualidade de vida para os quilombolas poderá ser alcançada por meio da união da sociedade civil organizada, da conservação do meio ambiente e da implementação de políticas públicas. Em que, o processo dialético estabelecido entre o Estado e a sociedade civil pode possibilitar a fixação de políticas públicas a partir do diálogo.

Por fim, acredita-se que, a educação ambiental se constitui num poderoso aliado para organização e empoderamento das comunidades tradicionais. Pois, une vários atores (organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, órgãos do governo, empresas com consciência social, entre outros) em torno de um projeto específico comum. E, conseqüentemente a soma desses agentes poderá conduzir o desenvolvimento local dessa comunidade.

REFERÊNCIAS

- DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 3.edição, 2001, p.169.
- GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- KRONEMBERGER, Denise. **Desenvolvimento Local Sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo: Editora Senac, 2011.
- LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo:Atlas, 5 ed, 2003.
- MEDINA, N. M. **A formação dos professores em educação ambiental**. In: Panorama de educação Ambiental no ensino fundamental. Brasília: MEC; SEF, 2000.
- MIELKE, Fernanda Barreto; COSSETIN, Andiara; OLSCHOWSKY, Agnes. **O Conselho Local de Saúde e a Discussão das Ações de Saúde Mental na Estratégia Saúde Da Família**. Rio Grande do Sul, 2009.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1988.
- SEGRE, M.; FERRAZ, F.C. O Conceito de Saúde. **Revista Saúde Pública**, v.3, n.5, p.538-42, 1997.

Flavia Regina Sobral Feitosa
Edilma Nunes de Jesus
Haiane Pessoa da Silva

Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UFS (flaviareginasf@gmail.com).
Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/ UFS (edilmanunes@hotmail.com).
Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UFS (hianepessoa@yahoo.com.br).

Recebido em: 27/06/2015

Aprovado em: 28/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: